

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.664.563 - PR (2020/0035830-1)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : TCP - TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAGUA S/A**  
**ADVOGADOS : JONNY PAULO DA SILVA - PR027464**  
**GABRIELA TEREZA ANDRES - PR084286**  
**AGRAVADO : PARANA CURVOS INDUSTRIA E COMERCIO DE VIDROS**  
**LTDA**  
**ADVOGADOS : EDUARDO SOUZA NAVARRO BEZERRA - PR050764**  
**ANDRÉ ALQUIMIM CORDEIRO - PR034651**  
**VINICIUS WINIARSKI - PR077783**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por TCP - TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAGUA S/A, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSO CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. SOBREESTADIAS DE CONTÊINERES. DEMURRAGE. OBRIGAÇÃO DE LIBERAÇÃO NO PERÍODO FREE TIME. PERÍODO DE RETENÇÃO ILEGAL DE CONTÊINERES EM RAZÃO DE DÍVIDA PRETÉRITA. RETENÇÃO ILEGAL. CUSTOS DE ARMAZENAGEM. DEVIDOS. DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA EM SEDE DE TUTELA DE URGÊNCIA QUE DETERMINOU A RETIRADA DOS CONTÊINERES. MANUTENÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL OBJURGADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS, EM SEDE RECURSAL. MAJORAÇÃO QUANTITATIVA. APLICABILIDADE DO § 11 DO ART. 85 DA LEI N. 13.105/2015. ÔNUS SUCUMBENCIAL EM SEDE DE RECONVENÇÃO. DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL E ADEQUADA. INTELIGÊNCIA DO ART. 86 DA LEI N. 13.105/2015 (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL) E ENUNCIADO ADMINISTRATIVO DO EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA N. 7. MAJORAÇÃO QUANTITATIVA. INAPLICABILIDADE DO § 11 DO ART. 85 DA LEI N. 13.105/2015 (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL). INTELIGÊNCIA DO EDCL NO AGNT NO RESP N. 1.573.573/RJ.

1. Demurrage visa compensar o proprietário dos contêineres pela demora em sua devolução e pelo período em que deles, não se pode utilizar.
2. A liberação da mercadoria deveria ter ocorrido nos 10 (dez) dias de free time, isto é, no tempo contratual livre da cobrança de demurrage.
3. A sucumbência recíproca é aquela que atribui tanto à Parte

vencida como à Parte vencedora o dever de arcar com o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios em proporções iguais, em um processo judicial.

4. “O tribunal, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º, sendo vedado ao tribunal, no cômputo geral da fixação de honorários devidos ao advogado do vencedor, ultrapassar os respectivos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º para a fase de conhecimento” (§ 11 do art. 85 da Lei n. 13.105/2015).

5. Recurso de apelação cível (1) conhecido, e, no mérito, não provido.

6. Recurso de apelação cível (2) conhecido, e, no mérito, parcialmente provido (fls. 578/579).

Quanto à controvérsia, alega violação do art. 643 do CC, relativo à legalidade da cobrança pela armazenagem das mercadorias da parte ora Recorrida, trazendo o seguinte argumento:

Ao manter a carga armazenada no terminal Recorrente, mesmo estando a carga liberada por ordem judicial, a Recorrida claramente optou por manter a carga armazenada, assumindo, a partir de então, os custos da armazenagem.

[...]

Assim, ao afastar tal obrigação de pagar a tarifa de armazenagem, relativa a período na qual a mercadoria da Recorrida esteve, por vontade ou inércia desta, armazenada no pátio da Recorrente, o v. acórdão recorrido ofendeu o artigo 643 do Código Civil, devendo, portanto, ser reformado (fls. 698/700).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos (grifos nossos):

No presente caso judicial legal, a Apelante (1) argumentou que logo quando tomou ciência da decisão judicial não mais reteve os contêineres, de modo que a partir data de 10 de fevereiro de 2016, as mercadorias ficaram disponíveis para retirada no porto.

Dessa forma, a Apelante (1) sustentou que após ter ciência da liberação da carga, a Apelada (1) optou por conta própria manter a carga no terminal, e, por essa razão, teria assumido para si, a obrigação de pagar os custos da armazenagem bem como da demurrage.

**Consoante a análise dos Autos, verifica-se que a liberação da mercadoria deveria ter ocorrido nos 10 (dez) dias de free time, isto é, no tempo contratual livre da cobrança de demurrage, todavia, isto não ocorreu por conta da retenção ilegal feita pela Apelante (1).**

[...]

Desse modo, **restou claro que a retenção dos contêineres ocorreu**

**de forma ilegal, em razão de pendência financeira pretérita de outro negócio, o qual, não se confunde com o presente caso.**

[...]

Diante de tudo o que restou, aqui, exposto, e, tendo-se em conta que **a Apelante (1) não logrou êxito em comprovar que a retenção dos contêineres ocorreu de forma válida**, entende-se que merece ser mantida a respeitável decisão judicial, nesse aspecto, também, objurgada, por seus próprios e bem lançados fundamentos de fato e de Direito (fls. 583/585).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente